EMENDA ADITIVA N° ¼\_, DE 2024, AO PROJETO DE LEI N° 134/2024, ORIUNDO DA MENSAGEM N° 9.317, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

ACRESCENTA O § 7° AO ARTIGO 4° DO PROJETO DE LEI N° 134/2024, PARA DISPOR SOBRE A PRIORIDADE DE OCUPAÇÃO DE VAGAS DE AGENTE POPULAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR.

Art. 1° O artigo 4° do Projeto de Lei n° 134/2024, oriundo da mensagem n° 9.317, de autoria do Poder Executivo, passa a vigorar acrescido do § 4°, com a seguinte redação:

"Art.	4°		 • • • •	 ••••	•••	••••	• • • •	••••	<i>.</i>	•••	 •••	 	 · • • •
(omi	ssis)	)											

- § 7° Os editais de chamamentos públicos mencionados no § 1° do presente artigo buscarão priorizar, na ocupação das vagas de Agente Popular de Segurança Alimentar, a inserção pessoas que, além de cumprirem com os requisitos estabelecidos no § 1° deste artigo:
- I Estejam em situação de violência doméstica ou familiar:
- II Tenham sido resgatadas de condições de trabalhos análogos à escravidão;
- III Sejam pertencentes a comunidades indígenas ou quilombolas;
- IV Sejam egressas do trabalho infantil."

Art. 2° Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 17 de dezembro de 2024.

y Jo Farias

Deputada Estadual - PT

## **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa acrescentar o §7° ao artigo 4° do Projeto de Lei n° 134/2024, oriundo da mensagem n°9.317, de autoria do Poder Executivo, que por seu turno visa criar o "projeto Agente Popular de Segurança Alimentar", buscando estabelecer públicos prioritário na ocupação de vagas criadas pelo projeto de que trata o Projeto de Lei.

A emenda ora apresentada, por meio do acréscimo do § 7° no artigo 4°, visa estabelecer a prioridade, quando da ocupação de vagas dos projetos, pessoas que, além de cumprirem com os requisitos gerais estabelecidos no § 1° do PL 134/2024, estejam: a) em situação de violência doméstica ou familiar; b) tenham sido resgatadas de condições de trabalhos análogos à escravidão; c)sejam pertencentes a comunidades indígenas ou quilombolas; ou d) sejam egressas do trabalho infantil.

A referida priorização se dá em razão da necessidade de oportunizar vagas de desenvolvimento profissional a estas pessoas que se encontram em situação maior de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, conto com o apoio dos nobres pares visando à aprovação da presente emenda.